

# Capítulo 5

## A INCLUSÃO DE CRIANÇAS NO ENSINO

REGULAR



# A INCLUSÃO DE CRIANÇAS NO ENSINO REGULAR

## THE INCLUSION OF CHILDREN IN REGULAR EDUCATION

Cibele Juliane Barros Generoso<sup>1</sup>

Érica Cristiane Barros Moreira<sup>2</sup>

**Resumo:** Hoje a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação garantem o direito dos alunos com deficiência na rede regular de ensino, respeitando as suas habilidades e individualidades. As leis dizem que é direito de todos a educação, portanto cabe à escola aprender a conviver com as diferenças e traçar caminhos que levem de fato a inclusão e para que isto ocorra é necessária uma escola preparada e organizada.

**Palavras chaves:** Inclusão; Ensino Regular; Escola.

**Abstract:** Today, the Federal Constitution and the Law of Guidelines and Bases of Education guarantee the right of students with disabilities in the regular education network, respecting their abilities and individualities. The laws say that education is everyone's right, so it is up to the school to learn to live with differences and trace paths that actually lead to inclusion and for this to happen, a prepared and organized school is necessary.

**Keywords:** Inclusion; Regular education; School.

---

1 Licenciatura em Pedagogia (UNOESTE)

2 Licenciatura em Pedagogia (UNESP); Licenciatura em Matemática (UNIVESP); Pós graduada em Educação Especial.



A inclusão presente em nossas escolas, infelizmente, não se realiza da maneira correta, sendo que a inclusão não se refere somente às crianças deficientes, e sim a todas as crianças, jovens, e adultos que sofrem qualquer tipo de exclusão educacional. A Constituição Federal garante expressamente o direito à igualdade (art.5º), e trata, nos artigos 205 e seguintes, do direito de todos à educação. Esse direito deve visar o “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício a cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, p. 284).

É verdade que apenas leis e declarações, por mais apropriadas que sejam por si só não revertem às representações e práticas desenvolvidas, pois mudanças requerem ações efetivas de reconhecimento, e de acordo com Cominatto e Santos (2011, p.199):

A política de inclusão de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não consiste apenas na permanência física desses alunos junto aos demais educandos, mas representa a ousadia de rever concepções e paradigmas, bem como desenvolver o potencial dessas pessoas, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades.

O grande desafio das escolas hoje, é reconhecer as potencialidades do desenvolvimento individual de cada aluno (as descobertas de capacidades), e como lidar e traçar metas para alcançar esse público alvo. Não basta reconhecer a diversidade, mas saber que todas as pessoas têm potencialidades para desenvolver.

O primeiro passo, para a inclusão é a conscientização. O processo de conscientização deve envolver alunos, professores, comunidade, sociedade, pois as resistências e os preconceitos da inclusão só serão quebrados a partir do momento que se aprender a lidar com a diferença e acima de tudo estar dispostos a aceitá-la, afirmá-la e valorizá-la, convivendo com ela, em comunhão e familiaridade. Só assim se aprenderá a lidar com ela. Reconhecer as limitações é sempre uma tarefa que exige de cada um, um alto grau de despojamento, de humildade. E sendo assim, ao se referir a uma sociedade

inclusiva está ao mesmo tempo falando de pessoas, de mudança na capacidade de lidar com o diferente, de democratização de oportunidades e, portanto, de alargamento do nosso campo de vivência humana e social.

Para possibilitar aos alunos, um desenvolvimento integral é de suma relevância que tenham oportunidade de convívio desde cedo, e a escola é um local. O convívio neste ambiente propiciará a formação dos vínculos afetivos, a formação de valores éticos e morais, a socialização dos conhecimentos, a compreensão dos direitos e deveres e acima de tudo, o respeito pelo outro. Sabe-se, entretanto, que é nessa interação que acontece o desenvolvimento cognitivo, afetivo motor e sensorial, tornando assim cada pessoa apta para desenvolver seus projetos pessoais, sendo valorizado pelo seu desempenho e consciente do seu papel social. (CARVALHO, 2000).

Para construir uma escola inclusiva numa sociedade tão excludente não é tarefa fácil, pois direcionar um trabalho que abrange a escola, a comunidade, depende de uma ação coletiva preparada, informada e empenhada na busca deste ideal e de acordo com Cominatto e Santos (2011, p.197):

A inclusão prevê uma escola aberta à diversidade que não pretenda ter uma cultura hegemônica e única, escondendo a riqueza do multiculturalismo que caracteriza sua comunidade (pais, alunos, professores, diretores, orientadores pedagógicos, funcionários), proporcionando a construção coletiva e possibilitando o desenvolvimento integral de todos os educandos, independentemente de suas características.

Infelizmente, esta escola aberta se depara ao despreparo profissional, pois é difícil para o professor repensar sobre o que está habituado a fazer, além do mais, a escola, normalmente, está estruturada para trabalhar com a homogeneidade e nunca com a diversidade e outro aspecto a ser considerado é o receio dos pais.

Assim, para que ocorra a efetiva inclusão de todos os alunos na rede regular de ensino é



necessária “ousadia de rever concepções e paradigmas, bem como desenvolver o potencial dessas pessoas respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades” (COMINATTO, SANTOS, 2011p. 199).

É necessário que se priorize a conquista de cidadania numa nova dimensão sócio- política, no que se refere à abordagem conceitual de “deficiência” e na defesa e garantia de seus direitos e de sua inclusão social. A escola precisa reafirmar sua função. À medida que conseguir uma educação mais inclusiva irá produzir uma sociedade também mais inclusiva. É a escola exercendo sua função social de transformação da sociedade.

Também se torna de suma importância a primazia da inclusão/integração à família, mais do que nunca deve ser vista e tratada como co-agente no processo de cuidados, reabilitação e inclusão, tornando a família parceira neste processo.

A família, assim, como a escola são as duas instituições sociais mais importantes na formação da criança. É nessas duas instâncias que a criança inicia o seu aprendizado nas relações interpessoais. Cabe as duas transformar uma criança dependente e imatura em uma pessoa responsável, auto-suficiente e em condições de contribuir para o bem-estar de sua comunidade.

Quando a família se torna ausente no processo educacional de seu filho, cabe à escola buscar estratégias que levem a perceber a importância da escolarização do filho, bem como a obrigatoriedade dessa função. É fundamental, estabelecer parcerias com a família, fazendo-a perceber-se como co-participante do processo educacional.

Assim, uma sociedade torna-se inclusiva quando aceita as diferenças individuais, valoriza cada pessoa, propicia uma convivência dentro da diversidade humana, favorece uma aprendizagem através da cooperação, estimula a participação de cada um, reconhece o potencial de todo cidadão, oferece oportunidades iguais para que cada pessoa seja autônoma, auto-determinada e reconhecem todos os seres humanos como cidadãos livres e iguais.

A inclusão depende de mudança de valores da sociedade e da vivência de um novo para-



digma que não se faz com simples recomendações técnicas, como se fossem receitas de bolo, mas com reflexões/parceria dos professores, direções, pais, alunos e comunidade, levando-se em conta as diferenças.

A implantação da inclusão é meramente possível caso haja interesse tanto da sociedade quanto dos representantes do poder público. O papel do educador é lutar para que todos os cidadãos tenham o direito a receber uma educação sem segregação, que dê oportunidade para que todos busquem atingir os objetivos almejados.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

CARVALHO, Rosita Edler. Removendo barreiras para a aprendizagem. Porto Alegre: Mediação, 2000.

COMINATTO, Flávia R. e SANTOS, Márcia Aparecida. Trabalho integrado na Escola Pública. Campinas: Alínea, 2011.